



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO HOSPITALAR
DIRETORIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

NOTA INFORMATIVA SES/SUBRAS-SPAH-DAHUE-CEAUE 5339/2024

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.

NOTA INFORMATIVA CEAUE/DAHUE/SPAH/SUBRAS nº 01
Área responsável: Coordenação de Atenção às Urgências e Emergências
Assunto: Critérios de Elegibilidade das Salas de Estabilização
Destinatários: Gestores Municipais

Consideração:

A Sala de Estabilização (SE) é um componente estratégico para a Rede de Atenção às Urgências (RAU), com ambiente para estabilização de pacientes críticos e/ou graves até seu encaminhamento aos serviços estabelecidos na grade de referência, conforme definição do Complexo Regulador ou Central de Regulação das Urgências (CRU), considerando a complexidade clínica e traumática do usuário. Deve funcionar durante as 24h (vinte e quatro) horas do dia e nos 07 (sete) dias da semana, com equipe interdisciplinar compatível às suas atividades e conforme protocolos clínicos e procedimentos administrativos estabelecidos e/ou adotados pelo gestor responsável.

Paciente crítico/grave é aquele que se encontra em risco iminente de perder a vida ou a função de órgão/sistema do corpo humano, bem como aquele em frágil condição clínica decorrente de trauma ou outras condições relacionadas a processos que requeiram cuidado imediato clínico, cirúrgico, gineco-obstétrico ou em saúde mental.

Poderá ser alocada em serviços de saúde, públicos ou filantrópicos, preferencialmente em Hospitais de Pequeno Porte, habilitados ou não, com até 50 (cinquenta) leitos e fora da área de abrangência de UPA 24 horas, podendo também ser instalada em outras unidades tipo Unidade Básica de Saúde (UBS) e Unidade Mista, desde que garantidas as condições para seu funcionamento integral por 24 (vinte e quatro) horas em todos os dias da semana (PRT GM/MS nº 1.997 de 24.11.2023)

A Portaria de Consolidação GM/MS nº 03 de 28 de setembro de 2017 e Nota Técnica MS/CGUE nº21/2024 (Origem: Portaria GM/MS nº 2338/2011), define os critérios para a Sala de Estabilização conforme as seguintes diretrizes:

- I - funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e nos 7 (sete) dias da semana;
- II - equipe interdisciplinar compatível com suas atividades; e
- III - funcionamento conforme protocolos clínicos e procedimentos administrativos estabelecidos e/ou adotados pelo gestor responsável.

Ainda deve-se considerar que para ser elegível ao pleito de Sala de Estabilização, o município deverá ter população menor que 50 mil habitantes, cobertura de Serviço Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192 ou equipamento que garanta o transporte do paciente em tempo oportuno e cobertura de 70% da Atenção Primária à Saúde.

No momento, as Unidades Regionais de Saúde estão realizando levantamento dos pleitos dos municípios com hospitais com menos de 50 leitos que cumprem os critérios estabelecidos ou unidades básicas de saúde que funcionem como portas de urgência. Serão considerados os critérios da Nota Técnica MS/CGUE nº21/2024 para realizar o quadro de pontuação para inclusão das propostas no Plano de Ação Regional, que são:

Pré-requisitos para adesão:

- Municípios com porte populacional menor que 50 mil habitantes;
- Cobertura de Serviço Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ou equipamento que garanta o transporte do paciente em tempo oportuno (o gestor deverá informar, por meio de Termo de Compromisso, a garantia de transporte móvel adequado às necessidades do paciente e em tempo oportuno. Essas informações serão analisadas pela área técnica do Ministério da Saúde e deverá se comprometer que em até dois anos fará adesão ao Samu 192, mediante habilitação);
- Hospital de referência para retaguarda e/ou continuidade do cuidado maior que 50 leitos;
- Municípios que conseguirem pontuação adequada.

OBS: O município que atingir um somatório de pontos superior a 11 pontos será elegível para a proposta de Sala de Estabilização.

Considerações complementares:

1. O município só poderá optar pela vinculação da Sala de Estabilização em Unidade Básica de Saúde ou Unidade de Saúde da Família quando não houver outro equipamento de saúde no município com funcionamento 24 horas/dia.

2. Deverá ser considerada no mínimo uma Sala de Estabilização por região de saúde pactuada no Plano Diretor de Regionalização (PDR) Estadual ou PAR/RUE quando houver, no caso de não haver nesta região nenhuma outra unidade que realize atendimento de urgência e emergência.
3. Deverá ser considerado o município mais distante do hospital de referência da região como o primeiro elegível, para cálculo de distâncias entre salas em uma mesma região.
4. Quando o município com maior pontuação considerado elegível não optar pela adesão à Sala de Estabilização, o município que tiver pontuação aproximada, porém inferior a 04 pontos, poderá ser considerado elegível.

Os critérios dispostos na Nota Técnica MS/CGUE nº21/2024 obedecerão os critérios descritos, bem como a pontuação correspondente ao parâmetro, sendo alocados no modelo de quadro abaixo:

Quadro 1: Matriz de pontuação de Sala de Estabilização

Estabelecimento	Município	Critério populacional	Distância da Sala de Estabilização para hospital de referência ou tempo resposta	Estabelecimento onde a SE estará alocada	Presença de povos ou comunidades tradicionais	Distância da Sala de Estabilização para outra Sala de Estabilização	Excepcionalidade	Pontuação final
		1º CRITÉRIO	2º CRITÉRIO	3º CRITÉRIO	4º CRITÉRIO	5º CRITÉRIO		

Sabe-se que com a habilitação das salas de estabilização, há potencial para reduzir vazios assistenciais por garantir a estabilização dos pacientes para encaminhamento até o ponto mais adequado da Rede de Urgência e Emergência para continuidade do cuidado. No entanto, já foi informado pelo Ministério da Saúde que haverá a habilitação limitada de Salas de Estabilização. Sendo assim, serão considerados as propostas de maior pontuação para priorização da habilitação por macrorregião.

Haverá a publicação por Deliberação CIB-SUS/MG das Salas de Estabilização elegíveis para posterior envio para o Ministério da Saúde. A atualização do Plano de Ação Regional ocorrerá posteriormente.

BELO HORIZONTE, 19 DE ABRIL DE 2024	
Ana Elisa Machado da Fonseca Coordenadora Estadual de Atenção às Urgências e Emergências	
Rosana de Vasconcelos Parra Diretora de Atenção Hospitalar e Urgência e Emergência	
Cristiane Barbosa Marques Superintendente de Políticas de Atenção Hospitalar	
Camila Moreira de Castro Superintendência de Redes de Atenção à Saúde	



Documento assinado eletronicamente por **Rosana de Vasconcelos Parra, Diretor (a)**, em 19/04/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Barbosa Marques, Superintendente**, em 19/04/2024, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Moreira de Castro, Subsecretário(a)**, em 19/04/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86696200** e o código CRC **7737169F**.

Referência: Processo nº 1320.01.0055872/2024-86

SEI nº 86696200